

GESTÃO DOS ESPAÇOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: aspectos da experiência do Instituto Federal da Bahia

Georges Souto Rocha¹; Lucas T. C. Ribeiro²; Luzia Matos Mota³

¹ Instituto Federal da Bahia / ProfEPT / Universidade da Madeira, georges.rocha@gmail.com

² Rede Estadual de Educação da Bahia / ProfEPT – IFBA, cardri.ifba@gmail.com

³ Instituto Federal da Bahia / ProfEPT / Reitora do IFBA, luziammota@gmail.com

1. Introdução

Esse trabalho inicia-se a partir da análise de três artigos científicos indicados num seminário realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal da Bahia (IFBA), tomados como referências preliminares no tocante à gestão dos espaços e das práticas pedagógicas, no contexto da crise sanitária no Brasil ocasionada pela pandemia do Covid-19.

Dessa atividade surgiu o desafio de realizar um estudo sobre a gestão administrativa e pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira a partir da experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia durante a pandemia. Este estudo se inscreve no debate acerca do desafio mundial de enfrentar as desigualdades educacio-



¹ Professor Doutor titular do IFBA / ProfEPT / Pós-Doutorando na Universidade da Madeira / e-mail: georges.rocha@gmail.com.

² Professor da Rede Estadual de Educação da Bahia / Mestrando do ProfEPT – IFBA / e-mail: cardri.ifba@gmail.com.

³ Professora Doutora titular do IFBA / ProfEPT / Reitora do IFBA / e-mail: luziammota@gmail.com.

nais, durante a pandemia de Covid-19, e assegurar educação emergencial de modo não presencial para estudantes em vulnerabilidade social. Inicialmente, avalia-se de forma preliminar o comportamento da EPT no Brasil durante a pandemia, a partir da síntese das contribuições de autores que vivenciavam o cotidiano do ensino não presencial e o registraram em importantes relatos que analisam os impactos da crise sanitária em algumas das instituições. Em seguida, o trabalho particulariza a gestão dos espaços e das práticas pedagógicas relacionadas à implementação do Ensino Emergencial Não Presencial no IFBA.

2. Alguns relatos de pesquisadores que vivenciaram o cotidiano do ensino não presencial no âmbito da EPT durante a crise sanitária estabelecida pela pandemia do coronavírus

De acordo com Castilho e Silva (2020) os *Institutos Federais de Educação (IF)* tentaram amenizar os efeitos provenientes da pandemia, criando comitês, suspendendo o calendário e as atividades acadêmicas, tanto presenciais quanto à distância, e buscando estratégias de continuidade das atividades em formato não presencial.

Os pesquisadores analisaram informações que tratavam destes aspectos, nos *sites* dos trinta e oito IF do Brasil. E, por meio de tabelas, apresentaram as ações que foram adotadas com o intuito de garantir a segurança de técnicos, professores e estudantes, bem como de assegurar a continuidade das atividades remotamente.

Nestas circunstâncias, averiguaram que 32 IF criaram comitês para ações de enfrentamento à Covid-19, entre os dias 12 de março e 06 de junho de 2020, sendo que um deles já possuía comitê desde 2016 e foi atualizado para a atuação na pandemia. Afirmam que não encontraram informações em quatro destes institutos e, em apenas um deles, não acharam documentos que formalizassem a criação de comitê.

Notaram que, entre os dias 13 e 16 de março de 2020, nove IF suspenderam suas atividades acadêmicas presenciais e que o período entre os dias 17 e 19 registra o maior número de aderência, visto que 22 IF suspenderam suas atividades. Quatro Institutos Federais decidiram suspender suas atividades entre os dias 20 e 23 de março e dois, entre os dias 24 e 28. Em relação ao calendário acadêmico, Castilho e Silva (2020) nos informa que 17 IF o

suspenderam por tempo indeterminado, 12 deles por um período determinado, 5 mantiveram o calendário e 4 fizeram uma tentativa de manutenção ou de retomada.

Os pesquisadores consideram que as informações encontradas deixam transparecer, inicialmente, que a preocupação com a preservação da vida estava, em primeiro lugar, e este fator foi decisivo para que os IF suspendessem todas as atividades presenciais. Conseqüentemente, em segundo plano, estavam as questões pedagógicas. A preocupação, neste caso, estava relacionada em como ofertar uma educação remota, de forma igualitária e, principalmente, de qualidade, durante o período pandêmico. Além disso, enfatizam que as ações praticadas, por meio dos comitês de cada instituto, eram baseadas nas orientações provenientes dos Ministérios da Saúde e da Educação, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF) e do posicionamento das autoridades regionais conforme a realidade vivenciada por municípios e estados.

Segundo Barin et al. (2020) a adoção do ensino remoto trouxe, como principais desafios, a necessidade de se estabelecer igualdade de acesso aos estudantes e aptidão aos educadores para exercerem a mediação em ambiente virtual. No entanto, lembram que a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como o caráter prático dos componentes curriculares destes, representam algumas das particularidades da modalidade de EPT. E, neste contexto, questionam como a mediação pedagógica poderia ser promovida, via intermediação tecnológica, e como os componentes curriculares são adaptados para serem conduzidos em tais condições.

Sendo assim, almejavam identificar quais seriam os desafios mais notáveis que os educadores, em especial os da EPT, vivenciaram durante a crise sanitária. Então, realizaram uma coleta de dados, por meio de um questionário elaborado no *Google Forms* e o encaminharam, via e-mail, para 51 respondentes que atuam nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Perceberam que 96,1% dos respondentes utilizaram o *Moodle*, para distribuírem materiais aos estudantes. Entretanto, enfatizam que tal ação também ocorreu por meio do *Classroom*, do *WhatsApp*, do *Google Drive*, do *YouTube* e de *E-mails*. No tocante às dificuldades encontradas, por parte dos estudantes, as questões de acesso à internet e de qualidade dos equipamentos se destacam. Enquanto que, por parte dos professores, a que se sobressai, diz respeito à organização do tempo, visto que todos os educadores ti-

veram que adaptar o planejamento e a elaboração de cada aula, para que a mediação ocorresse num formato de ensino diferente do habitual. Constataram que 92,2% dos respondentes foram capacitados, para a utilização de tecnologias no ensino remoto, por meio da instituição em que lecionam.

De acordo com Barin et al. (2020) a forma de acesso consiste numa das dificuldades mais citadas pelos respondentes. Conforme os autores, nestas condições, o aprendizado pode ficar comprometido, já que nem todos os estudantes possuem internet e equipamentos de qualidade, tais como *notebook*, celular, microfone, fone ou *webcam*, tanto para assistir aulas quanto para executar as atividades propostas. Os autores apontam a transposição de saberes como outro desafio, evidenciado durante o ensino remoto, devido à ausência de domínio, por parte dos professores, do emprego dos variados recursos das *Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)* que poderiam ser explorados, por exemplo, na criação de conteúdos digitais com o intuito de promover maior interação dos estudantes.

Baumann e Alves (2021) afirmam que o formato de ensino baseado em *Atividades de Ensino Remoto (AER)* foi instaurado, durante a crise sanitária no Brasil, e se caracteriza na tentativa de encandeamento das modalidades presencial e de *Ensino à Distância (EaD)*. Os pesquisadores relatam que as ARE deixaram transparecer alguns desafios para a comunidade escolar, tanto em relação ao uso e à qualidade da internet e das TIC quanto em relação à mediação da aula, via interface tecnológica.

Por esta razão, adotaram o estudo de caso, em sua pesquisa, no qual a unidade-caso é formada por estudantes do primeiro semestre, matriculados no componente curricular *Comunicação Oral e Escrita (COE)*, comum a três cursos técnicos da EPT ofertados pelo *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)*. A COE possui carga horária total de 60h, sendo que 12h ocorrem num laboratório de informática da instituição de forma presencial. As outras 48h ocorrem de forma não presencial, em *Ambiente Virtual da Aprendizagem (AVA)*. No entanto, a parte presencial da disciplina, com conteúdos relacionados à informática, teve que ser adaptada para ocorrer de forma de AER. Neste sentido, por conta da suspensão das aulas, devido à pandemia do coronavírus, a disciplina foi ofertada 100% remotamente.

Baumann e Alves (2021) declaram que apenas 23 estudantes, dos 48 matriculados na disciplina COE, participaram da atividade remota proposta. Eles deveriam editar um texto, postá-lo no ambiente virtual e responder a um formulário referente à atividade realizada. Informam que os motivos

que levaram os demais a não participarem, estão relacionados, às precárias condições dos equipamentos, à acessibilidade à internet ou à quantidade de atividades do próprio curso. No universo dos 23 estudantes participantes e em relação à edição de texto, descobriram que 17,4% não possuem experiência, 30,43% lidam com a edição e 52,17% já realizaram algumas vezes.

Os resultados que obtiveram indicam que existe possibilidade de se alcançar os objetivos da aprendizagem, desde que sejam garantidos acesso aos materiais e à comunicação entre as partes envolvidas no formato de ensino AER. No entanto, declaram que a população brasileira está despreparada para aderir ao ensino mediado por tecnologias, tanto pelo fato de não ter acesso quanto por não dominar completamente tais ferramentas. Apesar disso, eles consideram que as AER representam a estratégia mais adequada, diante do quadro de enfrentamento à pandemia.

A seguir, serão apresentadas algumas ações que o IFBA instaurou, como medidas de enfrentamento à pandemia, condizentes à gestão dos espaços e das práticas pedagógicas, durante a implementação de *Atividades de Ensino Emergencial Não Presencial (AENPE)*, uma versão local das AER. O que veremos são similaridades com as experiências aqui analisadas.

3. Breves considerações sobre a experiência do IFBA durante a pandemia do coronavírus⁴

O Instituto Federal da Bahia é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão pluricurricular e multicampi que possui 22 campi e uma Reitoria espalhados pela Bahia, Estado que pertence ao Nordeste do Brasil. A instituição possui cerca de 33 mil estudantes matriculados em 276 cursos de Educação Básica, Ensino Superior e Pós-Graduação.

Em março de 2020 como a maior parte das instituições ao redor do mundo, o IFBA foi surpreendido pela *Organização Mundial da Saúde (OMS)* que caracterizou o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) como uma pandemia. O fechamento das instituições de educação, foi uma



⁴ Essa parte do artigo foi construída baseada na experiência de um dos autores do artigo, o qual desenvolveu na instituição as Atividades de Ensino Remoto nos cursos ministrados durante a Pandemia do Covid-19 e, sobretudo, na Pesquisa Institucional realizada pela instituição (IFBA, 2020).

das primeiras ações recomendadas pelas autoridades sanitárias mundiais para diminuir a velocidade de propagação do vírus, foi adotado em 156 países e afetou e afeta cerca de 1,4 bilhão de estudantes.

Com o estado de emergência sanitária instalado, a instituição precisou reordenar todas as suas atividades para o contexto remoto. Isso requereu um esforço institucional sem precedentes e exigiu uma tomada de decisão sobre o modelo de gerenciamento da crise. A gestão central optou por uma governança democrática, definida como o exercício do poder político, para gerir os assuntos públicos através de uma estratégia de coordenação que incorpora o emaranhado de níveis de poder e de gestão, as formas de regulação e as redes de atores como forma mais adequada para solucionar problemas de ação coletiva (Howlett & Ramesh, 2016).

Nesse sentido, uma série de medidas administrativas e acadêmicas foram tomadas para gerir os espaços e as práticas no contexto da pandemia utilizando a governança democrática, entre elas, o fortalecimento dos órgãos colegiados na gestão da pandemia, fortalecimento da democracia participativa através de audiências e consultas públicas; instituição de Comitês de Enfrentamento à Covid-19 em cada campi com participação de servidores, estudantes e sociedade civil. Esses órgãos aprovaram cerca de 30 Resoluções, que foram normatizadas por mais de 50 Portarias. Além de Protocolos, Planos, Instruções Normativas, Notas Técnicas, Manuais, Cartilhas e Ofícios.

Outra ação fundamental para a governança democrática das práticas pedagógicas foi a criação de um Comitê Gestor de Educação à Distância que operacionalizou alguns marcos regulatórios institucionais além de assessorar os órgãos a respeito dos recursos educacionais, e de promover ações de capacitação de servidores e estudantes.

Na gestão das práticas pedagógicas houve a necessidade de um reordenamento através de Normas acadêmicas emergenciais e a adoção das AENPE, além da flexibilização nos sistemas de avaliação e de controle de frequência e o desenvolvimento de editais temáticos de pesquisa, ensino e extensão para estudantes com orientação dos docentes. A governança pedagógica que inevitavelmente se estenderá para o período pós-pandêmico é o maior desafio para as instituições educativas e precisará de estudos mais aprofundados para a compreensão do fenômeno e de suas consequências no ambiente escolar e nos percursos formativos da geração submetida a essa experiência.

As Ações de Assistência Estudantil baseadas na implantação de auxílios de inclusão e auxílios digital foram as estratégias que focalizaram nos gru-

pos de alta vulnerabilidade social e garantiram a permanência desses estudantes no ambiente escolar remoto. Outras ações relacionam a busca ativa de estudantes com perfil de evasão através de ações coordenadas das equipes multidisciplinares (formadas por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, assistente pedagógico, nutricionista etc.) e das coordenações acadêmicas com empréstimo de computadores e notebooks para estudantes com necessidades específicas, além de compra e empréstimo de tablets para estudantes em situação de alta vulnerabilidade social.

Houve um redimensionamento na previsão de gastos orçamentários da gestão central considerando a suspensão das atividades presenciais, o que ocasionou a redução em cerca de 40% dos recursos empregados com o funcionamento da Reitoria do IFBA. Essa economia foi revestida inteiramente em ações de combate e prevenção à Covid-19 e na operacionalização das atividades de gestão e do Ensino Remoto Emergencial.

A exclusão digital e as Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais (AENPE)

Apesar de familiarizados com as tecnologias digitais, pode-se identificar ao menos quatro tipos de dificuldades para a plena integração do corpo discente ao modelo de AER adotado pelas instituições de EPT no Brasil para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 e para minimizar efeitos da crise sanitária sobre a educação brasileira: a falta ou insuficiência de equipamentos; dificuldades para acesso com qualidade às redes de internet; a pouca familiaridade com os recursos e práticas pedagógicas adotadas pelas AER; e as condições inadequadas nos domicílios e no ambiente familiar dos estudantes.

Portanto, essa realidade não foi diferente para os estudantes do IFBA, instituição marcada por um segmento estudantil oriundo predominantemente de extratos sociais menos abastados e em condições de vulnerabilidade socioeconômica, na qual cerca de 50% de estudantes matriculados declararam possuir renda familiar per capita de até 2,5 salários-mínimos⁵.

Diante desse quadro, procurar-se-á detalhar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e as soluções encontradas pela comunidade acadêmica



⁵ Dados da Plataforma Nilo Peçanha (2021), que contém estatísticas da Rede Federal de EPT.

para manter a gestão dos espaços e das práticas pedagógicas através de Atividades Educacionais Não Presenciais Emergenciais (AENPE).

Dessa maneira, utilizando-se dos dados da Pesquisa Institucional (IFBA, 2020), verifica-se que cerca de 11,6% dos estudantes regularmente matriculados no IFBA, de um total de 30.261, responderam à pesquisa institucional realizada pela instituição. Esse número, considerado baixo, pode ser explicado, segundo os gestores do IFBA, devido às dificuldades para alcançar a maior parte dos estudantes em razão de limitações digitais.

Isso explica também os resultados, os estudantes que responderam a pesquisa afirmaram ter conexão de banda larga e possuir notebooks (52,9%), smartphones (89,1%) e outros aparelhos eletrônicos em casa (IFBA, 2020). Um percentual expressivo, 84,5% dos discentes informaram que têm internet de banda larga fixa em domicílio (IFBA, 2020).

Sobre a situação financeira das famílias, mais de 80% afirmaram que os pais têm condições de manter regularmente o pagamento para o acesso à internet com qualidade suficiente para participar das aulas, realidade que difere dos 19,1% que alegaram não ter condições financeiras para manter o serviço (IFBA, 2020).

Se considerarmos que a amostra é estatisticamente representativa do universo de estudante do IFBA, chega-se à conclusão que aproximadamente 7.000 estudantes não possuíam equipamentos básicos para realização das AENPE. Além disso, o acesso à Internet por esses estudantes ocorre predominantemente por meio de aparelhos celulares, mais de 90%, (IFBA, 2020), situação que não tem se mostrado adequado para plena realização de atividades educacionais em modo remoto.

Mas, os dados mais preocupantes dessa Pesquisa Institucional estão relacionados com a condição socioeconômica das famílias desses estudantes, pois revela que quase 60% do corpo discente está no grupo de alta vulnerabilidade social (0,5 a 2,0 salários per capita) (IFBA, 2020).

Situação que se agravou devido os impactos causados pela pandemia da Covid-19. As informações extraídas da pesquisa realizadas sobre inclusão digital na Instituição foram usadas para formulação das políticas no âmbito das Ações de Assistência Estudantil, tais como, implementar o Auxílio Financeiro Estudantil em Caráter Emergencial com a finalidade de estender a proteção social a esses estudantes, contemplando cerca de 71% (5.978) dos discentes que se inscreveram nesta Ação (8.420), além das bolsas de auxílio digital para compra, conserto e *upgrade* de equipamentos digitais e aquisi-

ção através de licitação pública de cerca de 3.000 tablets que foram emprestados aos estudantes durante a pandemia.

A complexidade da situação mostrou que o conceito de exclusão digital precisava ser ampliado, inserindo condições, tais como: a existência de um único computador (*desktop*), *notebook* ou celular para uso familiar, ou seja, o aparelho era compartilhado por mais de um estudante ou com seus pais, alguns desses desenvolvendo também atividades remotas domiciliares.

Em outras situações, apesar da existência do equipamento para acessar as aulas e atividades remotas, foi preciso considerar a precariedade dos dispositivos que não possuíam configuração mínima para uma efetiva inclusão nas AENPE, por exemplo: ausência de microfone, fone ou webcam, levando o estudante a participar da aula de forma limitada ou exigindo do docente a adaptação das avaliações e atividades do curso de forma a incluir o estudante com essa limitação técnica.

É notória também a questão da “exclusão digital” de parcela considerável da população brasileira devido a, entre outros fatores, os custos impeditivos de acesso à internet através de operadoras privadas e a não cobertura em todo o país das redes de internet. Devido a isto, o que se percebeu neste período pandêmico foi a dificuldade dos estudantes pobres para acessarem as aulas, mesmo, em algumas situações, possuindo um equipamento para acessá-las.

Dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, mostra que as regiões Norte e Nordeste permanecem com menor percentual de domicílios com acesso à Internet no País, sendo que para a região Nordeste esse valor é de 69,1%, com o Estado na Bahia ligeiramente acima da média (70%). De acordo com o mesmo documento, cerca de 30% dos domicílios baianos que não possuem acesso à Internet têm como principais razões o preço do serviço (27,3%), e por não dominar a tecnologia (23,2%).

É importante sublinhar que as desigualdades regionais, refletidas na cobertura da Internet pelas operadoras em municípios mais afastados dos centros urbanos e mesmo em bairros periféricos onde o acesso não existia ou regularmente apresentava instabilidade nas conexões, impediram o pleno desenvolvimento das atividades remotas.

Diante desse quadro, visando atenuar o problema, o IFBA distribuiu, através de um projeto do governo federal em parceria com a Rede Nacio-

nal de Pesquisa (RNP)⁶ denominado “Alunos conect@dos”, cerca de 6.000 pacotes de dados móveis, escalonáveis entre 5, 10, 20 e 40 Gb, com bônus válidos durante toda a pandemia para os estudantes com renda per capita familiar de até 0,5 salários-mínimos.

Para o enfrentamento de uma situação nunca vivida pela instituição, foi necessária a implementação e/ou a criação de novas práticas pedagógicas, bem como, novos recursos foram utilizados visando minimizar a situação de isolamento e a impossibilidade da manutenção das atividades acadêmicas presenciais no IFBA.

Dessa forma, foram adotadas plataformas *on-line* para as aulas, as quais passaram ser de dois tipos: síncronas e assíncronas, onde na primeira o estudante participa de forma *on-line* de uma aula e na segunda desenvolve de forma *off-line* uma atividade definida pelo professor.

Dentre as Plataformas utilizadas, constam: Rede Nacional de Pesquisa (RNP), Moodle, Meet, Zoom Classroom, apoiadas por aplicativos tais como: Google Drive, YouTube e por grupos de discussão formados no WhatsApp e e-mails, entre outras ferramentas.

É importante destacar que a utilização dessas Plataformas e ferramentas digitais foram limitadas às atividades teóricas e simulações, quando possível. Não havendo condições de serem realizadas, tanto aulas práticas em laboratórios ou oficinas quanto visitas técnicas.

A pandemia não apenas radicou desigualdades sociais, ela apresentou cenários reais da exclusão escolar. O ensino remoto emergencial durante a pandemia se fez em casa e as condições dos domicílios e locais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas cresceram enormemente de importância e apareceram no contexto pandêmico.

As AENPE desenvolvidas pelo IFBA entraram nesses domicílios, nesses locais antes reservados e exclusivos, revelando as vulnerabilidades socioeconômicas de nossos estudantes, e acentuando as distâncias educacionais presentes também na ausência da organização de um espaço adequado para estudos dentro de casa. Quer sejam pelas limitações físicas quer seja pela situação familiar dos estudantes.



⁶ A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) é uma organização social ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do governo federal brasileiro, responsável pelo *backbone* (coluna dorsal) de internet da rede acadêmica brasileira.

Observações feitas pelo autor e conversas informais com suas turmas, indicam situações nas quais estudantes, vivendo em comunidades periféricas populosas, em casas de um ou dois cômodos, sem equipamentos adequados, sem acesso à Internet, impediram qualquer ordenamento ou regularidade nas atividades escolares.

Com essas características, as AENPE mudaram completamente a forma e rotina do ensino e do aprendizado. As AENPE pouco se assemelham ao Ensino à Distância (EAD) que possui concepção, metodologias e gestão próprias. As dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos estudantes, a flexibilização dos processos formativos e das verificações de aprendizagem, bem como, o controle da frequência e pontualidade dos estudantes nas aulas e atividades, foram aspectos inseridos no cotidiano escolar.

4. À guisa de conclusão

Os aspectos aqui mencionados e analisados foram metodologicamente sistematizados a partir de análise bibliográfica, documental e de observação participante durante os anos da pandemia em uma Instituição de Ensino de alta complexidade. O apresentado neste artigo não esgota o objeto de pesquisa, todavia oferece pistas importantes sobre os cenários, os artefatos, os sujeitos e as relações que se integraram na experiência relatada.

Diante da grave situação pandêmica, das mortes e da fragilização econômica das famílias é mandatório reconhecer que as Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais, caracterizadas pela frágil conexão através de letramento digital e pela flexibilidade da gestão acadêmica, permitiram a inclusão escolar de milhares de estudantes do IFBA.

É imperativo também pontuar que a decisão política de utilizar a governança democrática ao invés do insulamento burocrático na gestão de uma crise sem precedentes na história, cercada por um contexto trágico, desconhecido e emergencial permitiu o engajamento da comunidade nos espaços e práticas escolares durante a pandemia (Cavalcante et al., 2018).

Todavia, o esforço institucional opera no campo das contradições e em última análise reproduz as disparidades sociais e estruturais do sul global. Dito de outra forma, a conclusão possível sobre a experiência pandêmica no ambiente escolar de uma Instituição de Educação Pública Brasileira é que as desigualdades educacionais se mantiveram como operadoras da exclusão social.

Referências Bibliográficas

Barin, Cláudia Smaniotto et al. (2020). *Desafios do ensino remoto na educação profissional e tecnológica*. Redin (Revista Educacional Interdisciplinar). Núcleo de Educação On-line. Redin, Taquara/RS, FACCAT, v. 9, n. 1, p.21-35.

Baumann, Daniel; Alves, Leandro Marcos Salgado (2021). *Atividades remotas: um estudo de caso sobre o engajamento e o rendimento discente da EPT em tempos de pandemia*. Debates em Educação. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, v. 13, n. 31.

Cavalcante, Pedro; Lotta, Gabriela S.; Oliveira, Vanessa Elias de Oliveira (2018). *Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil*. In: Pires et al. (orgs.) *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. IPEA: ENAP. p. 59-83.

Castilho, Mara Lúcia; Silva, Cláudio Nei Nascimento da (2020). A Covid-19 e a Educação Profissional e Tecnológica: um panorama das ações de acompanhamento e enfrentamento da pandemia nos Institutos Federais. *Rev. Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, Brasília/DF, v. 2, n. 3, Núm. Esp., p. 18-34.

Howlett, M.; Ramesh, M. (2016). Achilles' heels of governance: critical capacity deficits and their role in governant failures. *Regulation & Governance*, v. 10, n. 4, p. 301-313, dez.

IFBA (2020). Pesquisa Institucional: Educação e metodologia de ensino-aprendizagem online em tempos de quarentena. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p87xmf3>

Plataforma Nilo Peçanha (2021). Ambiente virtual destinado a apresentar estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>, (consultado em 29/04/2022).